

J. Freitas



Entre Marcelo Melo (E) e Luiz Sérgio, Marisa Serrano diz que próxima reunião da CPI deverá examinar relatório

Contrato simplificado para trabalhador rural

O Plenário aprovou ontem o projeto que cria mecanismo simplificado para a contratação de trabalhador rural por períodos de curta duração, de no máximo dois meses, dentro do período de um ano. A votação ocorreu após o anúncio, feito por Romero Jucá, de que o governo enviou ao Congresso o projeto que substitui a MP que abre crédito para reajuste dos servidores. **Página 3**

CPI rejeita acareação e se aproxima do final

A CPI dos Cartões Corporativos rejeitou propostas de acareação entre o consultor legislativo André Eduardo Fernandes e o ex-secretário da Casa Civil José Aparecido Pires. A presidente da CPI, Marisa Serrano, afirmou

que a próxima reunião já será destinada à análise do relatório final. Na opinião de Marisa, a ministra Dilma Rousseff mentiu ao negar existência de um dossiê sobre gastos do governo Fernando Henrique. **Página 5**

Jone Araújo



Nos debates em Plenário, Arthur Virgílio (E), Romero Jucá, Kátia Abreu e Antonio Carlos Magalhães Júnior

Adelmir quer preço diferenciado para compra com cartão

A permissão para o comércio fixar preço diferenciado para pagamentos com cartão de crédito foi defendida por Adelmir Santana em audiência pública no Senado. Em defesa de seu projeto que permite essa prática, o senador lembrou que na compra com cartão de crédito há um custo financeiro que é repassado ao consumidor. **Página 6**

Idéias de Mangabeira para reforma trabalhista

O resgate da população que está na economia informal, a reversão da queda de participação dos salários na renda nacional e a revisão sindical no país constituem, segundo o ministro Roberto Mangabeira Unger, as diretrizes para a

reconstrução das relações entre capital e trabalho no Brasil. Ele apresentou ontem, na CAS, um panorama das discussões sobre essas mudanças, que seriam as “mais abrangentes e ambiciosas” desde a era Vargas. **Página 6**

Senadores destacam papel da indústria no desenvolvimento

A importância do setor industrial no desenvolvimento do país foi destacada ontem durante sessão especial em comemoração ao Dia da Indústria. **Página 5**

Comissão aprova a revisão de parcelas do Fies

Projeto que permite a repactuação de parcelas do Fies, no caso de o valor se tornar elevado, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. **Página 6**

J. Freitas



Ao lado de Rosalba Ciarlini, Roberto Mangabeira Unger fala sobre mudanças nas relações entre capital e trabalho

Expectativa é que a seleção seja realizada no segundo semestre, afirma diretor-geral adjunto

Concurso do Senado terá provas em sete cidades

O concurso público para preenchimento de 150 vagas do quadro funcional do Senado deverá ter quatro editais distintos, e as provas ocorrerão em sete cidades, simultaneamente. As informações foram prestadas pelo diretor-geral adjunto do Senado, José Gazineo, em entrevista à Rádio Senado na segunda-feira.

Os editais, segundo o diretor, trarão as regras para os concorrentes às áreas de processo legislativo e de administração; de consultoria de orçamento e de advocacia; de comunicação; e de tecnologia da informação. As provas serão realizadas em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo

Horizonte, Porto Alegre, Recife e Belém.

A realização do concurso foi formalizada em ato da Mesa do Senado, assinado no último dia 13, com definição das áreas e especialidades pretendidas. Serão oferecidas 90 vagas para cargos de nível superior e 60 para nível médio.

José Gazineo informou que, até a próxima semana, a Mesa do Senado deverá definir a instituição que ficará responsável pelo processo seletivo. Ainda de acordo com o diretor-geral adjunto, está mantida a expectativa de que o concurso aconteça no segundo semestre deste ano.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta continua trancada por MPs.

Agenda do presidente

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, participa, às 12h, da Missa de Sétimo Dia em memória do senador Jefferson Péres. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

Missa de sétimo dia

A Missa de Sétimo Dia em memória do senador Jefferson Péres será celebrada, às 12h, no Salão Nobre do Senado Federal, pelo arcebispo de Brasília, dom João Brás Aviz.

CPI ouve autoridades de Niquelândia

Às 9h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza audiência pública. Foram convidados Neira Matos Ribeiro de Araújo, vereador de Niquelândia (GO); o ex-secretário de Agricultura do município Rusley

Olegário Dias; o motorista da prefeitura local Anderson da Silva Rocha; o ex-chefe de gabinete da prefeitura José Geraldo Gavazza Pedroni; e o ex-secretário da Indústria e do Comércio do município Gláucio Almeida Soares.

Ciência e Tecnologia discute TV a cabo

Dois projetos de lei e 20 projetos de decreto legislativo que tratam de autorização para o funcionamento de emissoras de radiodifusão serão votados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT),

às 8h45. O primeiro desses itens dispõe sobre o serviço de TV a cabo.

A CCT discute ainda o texto que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da LDO 2009 junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Fundo Soberano

Solicitação de audiência sobre o impacto fiscal da criação do Fundo Soberano do Brasil e do lançamento do PAC da Indústria será analisada, às 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

CPI das ONGs

Reunião, às 10h30, da CPI das ONGs para ouvir o responsável pela MI Management, Cleônides de Sousa Gomes, e o ex-presidente da Funsauúde José Garrofe Dórea.

Audiência na CE debate Lei Geral do Teatro

A 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública para tratar do Projeto da Lei Geral do Teatro. Foram convidados o secretário de Incentivo e Fomento à Cultura, do Ministério da Cultura, Roberto Nascimento; a atriz e produtora teatral Sheila Aragão; a conse-

heira do Grupo Redemoinho Tânia Farias; a atriz Nicete Bruno; o diretor, cenógrafo e figurinista de teatro Gabriel Villela; e o diretor-secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo (Apetesp), Paulo Pélico.

Comissões ouvem Henrique Meirelles

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), em conjunto com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Senado; e de Finanças e Tributação, da Câmara, realizam, às 15h, audiência com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lançamento de livros

Às 17h, no Interlegis, será lançado o livro *A história do Legislativo no Brasil*, de Vamireh Chacon; e às 18h30, na Biblioteca do Senado, ocorrerá o lançamento de *Os processos eleitorais na América Latina (2005-2006)*, de Carlos Ugo Santander e Nelson Freire Pentead.

CPI dos Cartões Corporativos

Os relatórios parciais de Sistematização e de Fiscalização de Gastos serão apresentados, às 13h30, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos.

Jane Araújo



O vice-presidente do Senado, Tião Viana, respondendo interinamente pela Presidência da Casa, recebeu ontem o deputado Alexander Torshin, vice-presidente do Conselho da Federação do Parlamento

da Rússia. Acompanhados de Gerson Camata (PMDB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), eles conversaram sobre o estreitamento dos laços de amizade entre os dois legislativos.

Medicamentos

O projeto que institui o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos é o primeiro dos 11 itens em pauta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne às 11h. Também em debate a permissão para o trabalhador escolher a agência bancária em que receberá o salário.

Precatórios e ministros do STJ

O substitutivo a sete PECs que tratam dos precatórios judiciais é um dos 19 itens que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisará em reunião às 10h. Em seguida, os senadores votam indicações para ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Faixa de fronteira

A partir das 11h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa 11 proposições, entre as quais o projeto que prorroga prazo para ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira. Às 12h, vota o projeto da Lei de Diretrizes Oçamentárias.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
 Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
 Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Gerson Camata, Antônio Carlos Valadares e Tião Viana

Congresso recebe projeto que substitui MP sobre reajuste

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou a chegada ao Congresso de projeto de lei do Executivo que pede a abertura de crédito para o reajuste de diversas categorias de servidores públicos federais, entre eles os militares, nos moldes da Medida Provisória 430/08.

O governo se comprometeu a retirar a MP na última semana, após pressão da oposição. Por se tratar de matéria orçamentária, o projeto deve ser remetido à Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, em seguida, ser votado em sessão conjunta do Congresso. A oposição protestou diante da edição da MP, que ocorreu um dia depois de decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade por falta dos pressupostos de urgência e relevância de uma outra medida que tratava da abertura de créditos.

Após a votação do projeto em regime de urgência, de acordo com Jucá, a Câmara tornará a MP 430/08 nula por perda de objeto. O líder explicou que o governo não pode simplesmente retirar a medida, sob pena de as ações



Jucá anuncia nova proposta que abre crédito para beneficiar servidores

adotadas no período em que ela vigorou perderem a validade. “Mas o acordo está mantido”, garantiu Jucá.

A oposição cobrou do governo respeito à decisão do Judiciário quanto às medidas provisórias que abrem crédito extraordinário.

– A primeira parte do acordo está cumprida. A segunda é que quero que fique clara, em nome da harmonia entre os Poderes. Exigimos a garantia de que a MP 430 não está sendo retirada por razão meramente operacional, mas, sim, porque a decisão do Supremo está sendo respeitada – disse José Agripino (DEM-RN).

Para Virgílio, governo tentou impor medida e desrespeitou a Justiça

Antes do anúncio de Romero Jucá, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), havia cobrado em Plenário a retirada de tramitação da MP 430/08.

Segundo o senador, acordo anterior entre os líderes partidários e Romero Jucá, firmado em virtude da posição contrária dos opositores à edição de medidas provisórias que abram crédito extraordinário, já considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, obrigou o governo a retirar de pauta a MP para transformá-la em projeto de lei ordinária, cuja tramitação está submetida a critérios regimentais nas duas Casas do Congresso.

Virgílio também acusou o governo de desrespeitar a Justiça ao impor a medida provisória ao Congresso sob a alegação de que a proposição fora editada antes da decisão do STF, fato este contestado pela oposição no Senado.

A cobrança de Virgílio ao líder governista, conforme justificou em Plenário, aconteceu em razão de matérias divulgadas na imprensa nas quais o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, teria reiterado a tentativa de aprovar a



Virgílio diz que declarações de Paulo Bernardo aos jornais iam contra acordo

MP 430/08 no Senado.

– Não adianta o governo dizer “vamos tratorar [passar por cima]”. A oposição está em resistência a qualquer votação nesse sentido. Por conta do acordo com o líder do governo, aprovamos outras duas medidas para destrancar a pauta – lembrou.

Com a chegada do projeto, Jucá explicou que a MP perdeu a validade e está em regime de espera, até que seja votado o projeto de lei em regime de urgência, em sessão do Congresso. O líder do governo em seguida conclamou os colegas a darem início à votação das 11 medidas provisórias que obstruíam a pauta.

Projeto de conversão de medida provisória, que tem validade até a próxima semana, volta à Câmara para exame de duas emendas incluídas pelos senadores

Senado aprova contrato de curta duração para trabalhador rural

Os senadores aprovaram ontem o PLV 8/08, oriundo da MP 410/07, que cria mecanismo simplificado para a contratação de trabalhador rural por períodos de curta duração – máximo dois meses, no período de um ano. A proposta também dá novo prazo para trabalhadores



Projeto de conversão foi acolhido depois de longo debate em Plenário

rurais empregados e autônomos (contribuintes individuais) requererem aposentadoria por idade.

Esse último assunto já foi teor de outra medida provisória polêmica: a 385/07, que acabou revogada para acelerar a votação da proposta que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na Câmara. Essa MP foi revogada por outra, a 397/07, que também foi anulada para apressar o exame da CPMF, desta vez no Senado. A cobrança da contribuição terminou sendo rejeitada em dezembro de 2007.

A iminente perda de validade da medida provisória, que tem vigência até a primeira semana de junho, e a impossibilidade de aprovar as inúmeras emendas sugeridas pelo relator, senador Flávio Arns (PT-PR) – o que levaria ao retorno da proposição à Câmara e à conseqüente caducidade da medida –, obrigou o governo a adotar um procedimento inusitado na ordem do dia: a votação da matéria foi suspensa, discutiu-se outra (o PLV 10/08) e, só após acordo entre os líderes, acertou-se uma proposta, com apenas duas

emendas. Diferentemente do que se pretendia, a matéria volta à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, se as emendas aprovadas ontem forem rejeitadas, a iniciativa vai a sanção sem as alterações feitas pelo Senado.

Atividade urbana

O adendo ao relatório com as duas emendas, como Flávio Arns explicou, garante que os trabalhadores rurais possam trabalhar até 120 dias por ano em outra atividade urbana, durante a entressafra, e esse período poderá contar para a aposentadoria, com a garantia de manutenção da idade especial de 60 anos para homens e 55 para mulheres.

Outra modificação permitirá que o presidente Lula vete o dispositivo alterado pela Câmara, que tornou regra geral a anotação do contrato na carteira de trabalho, exceto se acordo coletivo ou convenção coletiva permitir sua inscrição na Previdência Social por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

– Mudamos o texto para que o governo possa discutir se quer

ou não manter a proposição que foi colocada na Câmara. Fizemos uma reestruturação para possibilitar ao Executivo analisar se deve ser vetada ou mantida no texto – explicou o líder Romero Jucá (PMDB-RR) à Agência Senado

Críticas

Durante o debate, parlamentares como Alvaro Dias (PSDB-PR) criticaram a via da medida provisória para tratar do assunto, já que ele próprio é autor de projeto que modificava o prazo para requerer aposentadoria. O senador criticou o Executivo por “transformar-se em ladrão de idéias do Parlamento”, numa atitude de desrespeito ao Congresso Nacional. Alvaro lamentou também a existência de “matérias as mais contraditórias possíveis integrando o corpo de uma mesma MP”, o que denominou penduricalhos. O líder da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA), também criticou a votação “de afogadilho”.

As críticas da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), por sua vez, foram ao conteúdo do projeto, que, a seu ver, segmenta classes e “discrimina os trabalhadores das agroindústrias”, já que apenas pessoas físicas podem contratar de forma simplificada. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), aproveitou a discussão para exigir a distribuição dos relatórios das MPs com pelo menos 24 horas de antecedência.

Incentivo à estrutura portuária deve ser votado hoje

Foi adiada para hoje a votação do Projeto de Lei de Conversão 10/08, oriundo da Medida Provisória 412/07, que trata da prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) até dezembro de 2010.

Embora a discussão do relatório, de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), tenha sido encerrada após quase duas horas,

os senadores não conseguiram chegar a um acordo para deliberar sobre a proposta.

Criado pela Lei 11.033/04 e extinto em dezembro de 2007, o Reporto isenta as vendas de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens, no mercado interno ou para exportação, do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)

e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) quando adquiridas pelos beneficiários do programa.

O Reporto beneficia o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.



José Cruz

Sessão do Senado em homenagem a Jefferson Péres será em 24 de junho

O Senado realizará no dia 24 de junho, às 11h, sessão especial em homenagem à memória do senador Jefferson Péres (AM), que faleceu na última sexta-feira. A decisão foi tomada

ontem, com a aprovação de dois requerimentos propondo a sessão: um apresentado pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e outro encabeçado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A fim de defender a aprovação dos requerimentos, vários senadores se pronunciaram, antecipando

a homenagem a ser feita em junho. Os pronunciamentos foram iniciados por Arthur Virgílio, que, além de enaltecer as qualidades éticas de Jefferson Péres, lembrou a amizade que sempre uniu a sua família e a do colega de bancada do Amazonas.

Falaram também os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-

AC), Eptácio Cafeteira (PTB-MA), Mário Couto (PSDB-PA), Romeu Tuma (PTB-SP), José Nery (PSOL-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Kátia Abreu (DEM-TO), Jayme Campos (DEM-MT), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), João Durval Carneiro (PDT-BA) e Augusto Botelho (PT-RR).

Infra-Estrutura cancela audiência sobre PPPs

Audiência pública com a finalidade de debater e analisar as dificuldades para a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPPs) do governo federal, que estava marcada para hoje na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), foi adiada.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI, anunciou ontem o

cancelamento, mas não marcou ainda nova data.

A discussão foi requerida pelos senadores João Tenório (PSDB-AL) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O programa foi criado pela Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Para o debate, estão convidados o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), Luciano Coutinho; o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura de Base (Abdib), Paulo Godoy; o diretor da Unidade da Parceria Público-Privada do Ministério do Planejamento, Isaac Pinto Averbuch; e o chefe de área de Parceria Público-Privada e Setor Público do Citibank, Maurício Portugal Ribeiro.

CPI examina desvio de recursos por fundações

Ex-presidente da Funsauúde e diretor da MI Management devem ser ouvidos hoje pela comissão que investiga irregularidades na atuação de ONGs

Foram convocados a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (ONGs), em reunião marcada para hoje, o ex-presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área da Saúde (Funsauúde) José Garrofe Dória e o diretor-presidente da MI Management, Cleônides de Sousa Gomes, empresa que teria recebido recursos públicos por intermédio da Editora Universidade de Brasília.

José Garrofe Dória comparece à CPI a requerimento do presidente da comissão, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que pede esclarecimentos a respeito de denúncias de participação do então presidente da Funsauúde em convênio firmado com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Fina-

tec), envolvendo a editora da UnB. Há indícios de que recursos desses convênios tenham sido desviados.

Desvio

Em depoimento à CPI, o ex-diretor da Editora Universidade de Brasília Alexandre Lima afirmou que recebia demandas da reitoria e repassava os pedidos à Funsauúde, instituição que se encarregava de executar os convênios. De acordo com denúncias do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), os recursos supostamente desviados – R\$ 370 mil gastos em festas, recepções, almoços, jantares e viagens por Alexandre Lima – provinham de um convênio firmado pela Funsauúde para executar projetos da Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

A empresa MI Manage-

ment e o Instituto Profissional de Consultores Associados (Coopers), pelos quais Cleônides Gomes é responsável, receberam cerca de R\$ 2 milhões da Funsauúde. Essa quantia era composta por verbas públicas federais do Ministério da Saúde e deveriam ter sido aplicadas em programas de saúde de indígenas de Mato Grosso e Roraima. Segundo relatório do senador Raimundo Colombo, o dinheiro era proveniente de convênios com a Fundação Universidade de Brasília, repassado para a editora, e desta para a Funsauúde.

A reunião da CPI das ONGs, marcada para as 10h30, será na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Anexo II do Senado.

Os trabalhos da CPI, iniciados em outubro do ano passado, foram prorrogados até o dia 22 de novembro deste ano.



Márcia Kalume

Ciclo de debates sobre assuntos de interesse da comunidade negra prossegue na CDH, presidida por Paim

Comissão debate hoje política do governo Lula para as comunidades quilombolas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, a partir das 9h, audiência pública para debater as políticas do governo Lula para as comunidades quilombolas. A reunião faz parte do ciclo de debates sobre assuntos de interesse da comunidade negra do país proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O senador pede em seu requerimento que, além dos projetos que tramitam no Congresso tratando de interesses do povo negro, sejam discutidos temas como os 120 anos “da abolição não concluída”; a aplicabilidade da lei que determina a inclusão da disciplina História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede oficial

de ensino (Lei 10.639/93); as comunidades negras e suas matrizes religiosas; e as políticas do governo Lula para esse segmento da população.

Para a reunião de hoje foram convidados o presidente do Incra, Rolf Hackbart; a coordenadora de quilombos da Coordenação Geral da Diversidade e Inclusão Educacional do Ministério da Educação, Maria Auxiliadora Lopes; a diretora de programas da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, Maria Palmira da Silva; a diretora de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva; o deputado federal Vicentinho (PT-SP); a coordenadora da Comissão

Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Gilvânia Maria da Silva; o professor da Universidade de Brasília (UnB) Pedro Sadi Monteiro, doutor em Ciência da Saúde; a representante quilombola da Comunidade Mesquita, Sandra Pereira Braga; o procurador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, Walter Roterburgo; a subprocuradora-geral da Procuradoria Geral da República, Débora Duprat; o presidente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Francisco Danilo Bastos Forte; e a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês da Silva Magalhães.



Márcia Kalume

Raimundo Colombo (E) e Inácio Arruda são o presidente e o relator da CPI das ONGs

CPI dos Cartões Corporativos rejeita acareação e novas convocações

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos rejeitou ontem, por 11 votos a cinco, as propostas dos deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Carlos Willian (PTC-MG) que determinavam uma acareação entre o consultor legislativo André Eduardo Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e o ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires. Na semana passada, eles apresentaram à CPI versões conflitantes sobre o vazamento de informações sigilosas de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Também foram rejeitados dez

pedidos de depoimentos de pessoas envolvidas na elaboração ou na divulgação do suposto dossiê, assim como as convocações dos servidores públicos Nélio Wanderlei Lacerda e Marco Pólo Rios Simões, que teriam, segundo André Fernandes, testemunhado José Aparecido apontar a secretária-executiva da Casa Civil, Erenice Guerra – braço-direito da ministra Dilma Rousseff –, como responsável pela elaboração do documento.

A presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou que a próxima reunião já será destinada à análise do relatório final.



Presidente da CPI, Marisa Serrano defendeu a acareação entre envolvidos no caso dossiê

Para Marisa, ministra mentiu ao negar existência de dossiê

A presidente da CPI dos Cartões, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou ontem que “a ministra Dilma Rousseff não falou a verdade quando veio a esta Casa e disse que não havia dossiê” de gastos sigilosos do ex-presidente FHC. A senadora se referia às declarações da ministra à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de que a Casa Civil elaborou um banco de dados, e não um dossiê.

– Na semana passada, duas pessoas expuseram sua verdade sobre o episódio, confirmando que havia um dossiê – atestou.

Para Marisa, já se sabe onde o

dossiê foi feito e quem coletou os dados, mas falta saber quem o solicitou e com que objetivo.

– Negar a acareação não é civilizado, não é republicano.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), criticou a senadora por ter opinado sem deixar a presidência. Ele salientou que o banco de dados da Casa Civil auxiliou a investigação feita no Tribunal de Contas da União.

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), “a CPI acabou como começou, na estaca zero”. Já para João Pedro (PT-AM), a comissão apresentará propostas que “qualificarão o uso de cartões corporativos”.

Destaques feitos no Senado foram concentrados no papel da industrialização na história do país e nos desafios de manter o Brasil como referência no setor



Em sessão especial aberta por Tião Viana, Plenário e representantes industriais apontam rumos e políticas adequados ao setor

Senadores destacam papel da indústria no desenvolvimento

O importante papel da industrialização no desenvolvimento do Brasil e os desafios para que o país continue sendo referência nesse setor foram destacados pelos senadores que participaram, ontem, da sessão especial que comemorou o Dia da Indústria, celebrado oficialmente em 25 de maio.

Aberta pelo 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), a sessão contou ainda com a participação do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ivan Ramalho; do presidente

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto; do ministro do Tribunal de Contas da União Guilherme Palmeira; do presidente do conselho do Grupo Votorantim, Carlos Erminio de Moraes; e do presidente nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

O senador César Borges (PR-BA) lembrou ter sido o setor industrial o responsável pela renovação e pela modernização das relações sociais e trabalhistas brasileiras.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), “o grande obstáculo à expansão industrial e ao crescimento econômico ainda é a política macroeconômica”.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), por sua vez, observou que, num país que ostenta uma das maiores burocracias do mundo, “é preciso ter muita coragem, muita iniciativa e muita disposição para fazer indústria”.

A sessão especial foi encerrada pelo deputado Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, que está completando 70 anos de existência.

Iniciativa de João Tenório mobilizou o Plenário

A iniciativa da homenagem ao Dia da Indústria foi de João Tenório (PSDB-AL), que defendeu uma reforma tributária profunda e o redimensionamento do Estado. O senador avalia que a política industrial do governo é “demasiadamente tímida”, mas que a desoneração fiscal de mais de R\$ 20 bilhões até 2011 é importante para a indústria.

O líder do PP, Francisco Dornelles (RJ), também defendeu a

reforma tributária e disse que o excesso de burocracia dificulta a atividade dos empreendedores. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que as bancadas de regiões menos desenvolvidas atuem em bloco no Congresso em prol do desenvolvimento econômico regional.

Já Adelmir Santana (DEM-DF) chamou a atenção para as agendas legislativas do chamado Sistema S.

Heráclito Fortes (DEM-PI) dis-

se que, em recente visita a países africanos, impressionou-se com a vontade com que aquelas nações reclamam a presença do Brasil em seus territórios.

A homenagem contou ainda com manifestações dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Marco Maciel (DEM-PE), Mão Santa (PMDB-PI), Renato Casagrande (PSB-ES), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Mais duas audiências debaterão mudanças climáticas

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas decidiu realizar mais duas audiências públicas antes do encerramento de seus trabalhos, marcado para o dia 17 de junho.

Serão convidados representantes da Casa Civil e dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, e das Relações Exteriores para, na próxima semana, discutir as mudanças climáticas

no Brasil. Também ficou acertada uma audiência na semana seguinte, sobre o uso de energia nuclear, com representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e da organização não-governamental Greenpeace. A comissão também deve convidar representante do Ministério de Minas e Energia para falar sobre a matriz energé-

tica brasileira.

Ainda na reunião de ontem, o relator da comissão, Renato Casagrande (PSB-ES), propôs o encaminhamento a municípios com mais de 100 mil habitantes, governos estaduais e assembleias legislativas de correspondência propondo o estabelecimento de políticas regionais voltadas para o estudo e a discussão das mudanças climáticas.



Casagrande (E) defende o estabelecimento de políticas regionais contra o aquecimento

Márcia Kálome



Audiência conjunta da CMA e da CCT debate regulamentação do mercado de cartões

Adelmir defende preço diferenciado para compras à vista

A permissão ao comércio para fixar preço diferenciado em casos de pagamento com cartão de crédito foi defendida por Adelmir Santana (DEM-DF), durante audiência pública conjunta das comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A reunião foi realizada para discutir, com especialistas, dois projetos de Adelmir que regulamentam o mercado de cartões de crédito.

O senador ressaltou que, segundo o seu projeto em debate (PLS 213/07), “não seria uma obrigação” haver essa diferenciação de preço, ela apenas deixaria de ser considerada abusiva.

Adelmir lembrou que na compra de qualquer produto com cartão de crédito existe um custo financeiro que é repassado para os produtos ou serviços pagos pelos consumidores.

Bandeiras

O segundo projeto em debate (PLS 677/07) visa permitir a existência de um único equipamento eletrônico para atender a todas as “bandeiras” de cartão de crédito e débito que operam



Adelmir: há um custo repassado ao consumidor na compra com cartão

no país, como forma de reduzir os custos. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento para a realização da audiência, defendeu esse compartilhamento.

Já Antonio Rios, diretor da Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, acredita que sairia mais caro para o comerciante a existência de um terminal que abrigasse todas as bandeiras. Carlos Thadeu de Freitas Gomes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), defendeu a aprovação dos dois projetos de Adelmir Santana. Vanessa Alves Vieira, representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste), manifestou-se favorável à adoção de uma norma que conceda redução de preço quando houver pagamento à vista.

Para José Marciano, do Banco Central, não é aconselhável o comércio trabalhar com dois preços, mas adiantou que o banco e o Ministério da Fazenda estão concluindo estudos sobre um novo modelo de operação do mercado de cartões.

José Cruz

Ministro defende profundas mudanças na relação entre capital e trabalho, com o principal objetivo de tirar a população economicamente ativa da informalidade

Mangabeira Unger quer discutir reforma trabalhista abrangente

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ministro extraordinário do Núcleo de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, apresentou um panorama das discussões sobre mudanças no cenário trabalhista do Brasil, que ele classificou como as “mais abrangentes e ambiciosas” nas relações entre capital e trabalho desde a época da presidência de Getúlio Vargas.

O ministro pediu o apoio de todos os parlamentares para que o Congresso seja o palco para o início de uma ampla discussão nacional sobre o tema e suas implicações.

– Em seguida, espero um apro-



À mesa, Mangabeira Unger e Rosalba Ciarlini em reunião da CAS

fundamento da discussão com as organizações de trabalhadores, não só na cúpula mas também na base, com as organizações e lideranças empresariais, não só dos grandes empresários, mas também dos pequenos e médios. E, sobretudo, com toda a opinião nacional – disse o ministro.

As diretrizes para essa reconstrução das relações entre capital e trabalho no Brasil, explicou

Mangabeira Unger, seriam: resgate da metade da população economicamente ativa que está na chamada economia informal; reversão da queda da participação dos salários na renda nacional; e revisão do regime sindical brasileiro.

Na opinião do ministro, o Brasil deve seguir pelo caminho da escalada da produtividade, porém com a valorização do trabalho, evitando o “aviltamento salarial”, afirmou.

Para Mangabeira, o “maior vício” do regime estabelecido à época de Vargas é não incorporar a maioria do povo. “Metade da população economicamente ativa do país se encontra no mercado informal, sem garantias”, lamentou.

J. Fielins

Suplicy questiona destino de programas de renda mínima

Durante a audiência na Comissão de Assuntos Sociais, Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a afirmação do ministro Mangabeira Unger de que o próximo passo dos programas de transferência de renda seria oferecer serviços de capacitação.

Para Mangabeira Unger, numa fase posterior dos programas, algumas famílias devem ser procuradas por agentes do Estado que lhes ofereceriam um conjunto de serviços capacitadores – educativos e não-educativos – que ajuda-

riam membros dessas famílias a escapar da situação de dependência dos programas. Acrescentou que, para isso, é preciso “aprofundar o federalismo”. O ministro disse ainda que “o Brasil precisa deixar de ser a grande fazenda, a grande mina e a grande montadora do mundo para se transformar numa economia baseada também no conhecimento”.

Depois de elogiar o conjunto das propostas do ministro, Suplicy citou o filósofo belga Philippe Van Parijs, para quem

a instituição da renda mínima é na época atual o equivalente, em valor para a Humanidade, à Abolição da Escravatura e à criação do sufrágio universal.

Paulo Paim (PT-RS), José Nery (PSOL-PA), Inácio Arruda (PCdo B-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Augusto Botelho (PT-RR) ressaltaram a necessidade de que as propostas de reformas tributária, da estrutura sindical, da Previdência Social e da política industrial apresentadas por Mangabeira Unger sejam debatidas pelo Congresso.

Comissão de Educação cria o Dia Nacional da Bossa Nova

O dia do aniversário de Tom Jobim, 25 de janeiro, pode passar a ser o Dia Nacional da Bossa Nova. É o que determina projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A proposta (PLC 96/07), que teve como relatora *ad hoc* Ideli Salvatti (PT-SC), ainda deverá ser aprovada em Plenário. A matéria é de autoria do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Ideli também foi a relatora do Projeto de Lei do Senado 370/07, de autoria do senador licenciado

Edison Lobão, que recebeu igualmente parecer favorável da CE e regulamenta a profissão de conservador-restaurador de bens culturais móveis e integrados. O projeto ainda tramitará, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto aprovado recebeu uma emenda da relatora, que autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Federal de Conservação-Restauração de Bens Móveis e Integrados. Pelo texto original do projeto, a criação do conselho seria obrigatória.

Proposta autoriza repactuação de parcelas do Fies

Os empréstimos contraídos junto ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) poderão ser repactuados quando o valor das prestações corresponder a uma “parcela elevada”

da renda do ex-estudante beneficiado. A possibilidade de revisão contratual está contida em projeto de Expedito Júnior (PR-RO), que recebeu parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta (PLS 53/08) ain-



Eduardo Azeredo (à mesa) durante reunião da Comissão de Educação

Márcia Kálome

estudantes ao ensino superior. Há 20 anos, disse, o número de concluintes de ensino médio mal alcançava 600 mil. Atualmente, comparou, já são 1,9 milhão de concluintes por ano.

Por iniciativa do presidente, Cristovam Buarque (PDT-DF), a CE aprovou também voto de pesar pela morte do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Falecido na semana passada, Jefferson foi elogiado pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Flávio Arns e Romeu Tuma (PTB-SP).



Representantes dos exibidores solicitam a Alvaro (à direita, no sofá) votação de projeto

Exibidores querem fim de direito autoral sobre trilha sonora de filme

Representantes das empresas exibidoras cinematográficas solicitaram ao 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR) – que representou o presidente Garibaldi Alves –, a retomada da apreciação do projeto de lei que trata de direitos autorais sobre trilhas sonoras de filmes exibidos publicamente.

Os empresários, que estavam acompanhados pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), querem que o pagamento do direito autoral sobre as músicas utilizadas em filmes se limite ao momento da contratação de seu uso pela produção.

A proposta aguarda apreciação definitiva pelo Plenário do Senado desde dezembro de 2005. Atualmente, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) cobra uma taxa de 2,5% sobre a bilheteria dos filmes. De acordo com o presidente da Federação Nacional das Empresas

Exibidoras Cinematográficas (Feneec), Ricardo Difini Leite, a cobrança é considerada abusiva e prejudicial à indústria nacional.

– Não existe o pagamento de direitos autorais para filmes estrangeiros, principalmente os americanos, assim como filme brasileiro exibido nos Estados Unidos não recebe direito autoral. A taxa de 2,5%, muitas vezes, representa a margem de lucro dos exibidores de pequeno e médio porte. Isso tem causado um prejuízo muito grande – disse Ricardo Leite.

Consenso

Na avaliação de Alvaro Dias e dos demais senadores presentes ao encontro, Garibaldi Alves, em consenso com os líderes, não encontrará dificuldades em retomar a apreciação do substitutivo da Comissão de Educação ao projeto de lei (PLS 532/03) assim que for desobstruída a pauta da Casa. Se aprovada no Senado, a matéria será remetida à Câmara dos Deputados.

Frente Parlamentar comemora o Dia Nacional da Mata Atlântica

Em nome da Frente Parlamentar Ambientalista, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o deputado Sarney Filho (PV-MA), em conjunto com a Fundação SOS Mata Atlântica, promovem hoje, às 8h30, um evento em comemoração do Dia Nacional da Mata Atlântica.

No encontro, que se realizará no restaurante Pampa – Anexo IV da Câmara –, serão apresentados os novos dados do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Márcia Hirota, diretora de Gestão do Conhecimento e coordenadora do atlas pela fundação, e Flávio Ponzoni, coordenador técnico



Serys participará do evento juntamente com Sarney Filho

do atlas pelo Inpe, informarão as taxas de desmatamento do bioma. Eles também divulgarão dados atualizados relativos ao período 2005-2007 em várias regiões, bem como mapas dos estados da Bahia e de Minas Gerais.

Senador diz que declaração do presidente em defesa da Amazônia brasileira deve “ser acompanhada de decisões positivas e concretas com relação à região”

Simon: Lula precisa estar alerta a avanços da cobiça internacional

Ao comentar declaração do presidente Lula de que “o mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono e que o dono da Amazônia é o povo brasileiro”, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que “ele [Lula] tem razão, mas isso não tem impedido os avanços da cobiça internacional sobre a Amazônia”.

– Está faltando firmeza ao presidente no que se refere à Amazônia – ressaltou o senador, acrescentando que a declaração do presidente precisa ser “acompanhada de decisões positivas e concretas com relação à região”.

Simon citou uma matéria do jornal *O Globo* de ontem, segundo a qual “o governo federal não tem informações sobre o total de terras brasileiras nas mãos de estrangeiros (...) porque existem



Simon: “Está faltando firmeza ao presidente”

brechas na legislação e no cadastro do Incra que permitem a não-declaração da nacionalidade de compradores de terras”.

Conforme a reportagem, o formulário de cadastro do Incra não

exige o preenchimento obrigatório do campo que identifica os estrangeiros nem a declaração da composição societária das empresas.

O senador voltou a criticar o governo federal e o Congresso pela forma como foi aprovada a lei que dispõe sobre a concessão de florestas públicas para o setor privado.

Palestra

Simon falará sobre o Senado da República a estudantes da Escola Comunitária de Campinas (SP), hoje, às 9h, no auditório do ILB. Esse estabelecimento traz estudantes a Brasília para uma aula prática sobre a atividade parlamentar.

Expedito sugere que novo ministro aproveite propostas em tramitação

Expedito Júnior (PR-RO) sugeriu ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que incorpore à sua ação à frente da pasta proposições em tramitação no Congresso sobre a integração econômica da Amazônia, por meio de programas de desenvolvimento sustentável. Segundo o senador, essas propostas “coincidem com o pensamento do ministro sobre o assunto e podem ter um exame mais rápido nas duas Casas”.

O parlamentar citou como exemplo proposta de emenda à Constituição (PEC 87/07) de sua autoria que dá nova definição ao papel das Forças Armadas, no

sentido de que, em tempos de paz, possam cooperar com ações sociais e civis visando ao desenvolvimento nacional. Ele defendeu ainda projeto (PLS 260/07) de sua iniciativa que institui uma política de integração baseada no tripé lavoura-pecuária-floresta.

Outra proposição (PLS 64/08) mencionada por Expedito Júnior concede compensação financeira a produtores rurais da Amazônia pela preservação de áreas cobertas por florestas acima do percentual da chamada “reserva legal”.

O senador por Rondônia relacionou também, entre outras matérias de sua autoria, o pro-



Expedito Júnior afirma que matérias coincidem com pensamento de Minc

projeto (PLS 65/08) que institui, no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, um bônus sobre os encargos das operações contratadas por produtores da Amazônia Legal que mantenham área de reserva igual ou maior que o estabelecido no Código Florestal.

Renan saúda medidas para a agricultura

O anúncio de três medidas para incentivar e melhorar a produção agrícola no país, feito pelo presidente Lula, foi saudado por Renan Calheiros (PMDB-AL). A primeira é uma medida provisória que estabelece a reestruturação das dívidas rurais. A segunda cria, por decreto, adidos agrícolas do Brasil nos principais mercados,



Renan comemora renegociação das dívidas de pequenos produtores

citando como exemplo os Estados Unidos, a União Européia, a Rússia, o Japão, a China, a África do Sul e a Argentina. A terceira é um projeto de lei que

estabelece um fundo de catástrofe para viabilizar um sistema de seguros para a área agrícola.

Renan enfatizou que a renegociação das dívidas vai beneficiar 679 mil pequenos e médios agricultores.

O senador acrescentou que “apenas medidas não bastam”, e defendeu a criação de uma política permanente de crédito rural mais justa e equilibrada, com juros compatíveis; de medidas efetivas para fortalecer a agricultura familiar; e de avanços na reforma agrária e acesso à tecnologia.



Para senador, presidente erra ao criticar fim da CPMF sem redução de preços

Mão Santa pede perdão por declarações de Lula

Mão Santa (PMDB-PI) pediu perdão “a todos os que acreditam no trabalho” pelas declarações do presidente Lula, que criticou o Congresso pelo fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e os empresários por não terem baixado os preços dos produtos. Para ele, não se pode criticar quem trabalha.

– Algum aloprado o orientou a dizer essas besteiras – ironizou.

O senador também criticou o PMDB por parecer disposto a apoiar um terceiro mandato para Lula. “Quem fala em terceiro mandato é idiota ao quadrado.”

Senador avalia que são necessárias medidas urgentes, como a concessão de crédito a baixas taxas de juros para os pequenos agricultores dedicados à produção de alimentos

Valadares reclama medidas para evitar retorno da inflação

Antes “que o dragão comece a andar pelas ruas, como ocorria no país”, a equipe econômica do governo deve adotar medidas urgentes para evitar o retorno da inflação, defendeu ontem em Plenário o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O aumento da taxa de juros não deve estar entre essas medidas, porque ela penaliza a classe média e a população mais pobre, completou.

– Juros altos significam mercadorias mais caras, empréstimos mais caros, vida social mais cara. É preciso pensar em outras soluções, com mais criatividade e preocupação com o povo que sofre de forma mais direta e cruel o impacto do aumento do preço dos alimentos e dos empréstimos – afirmou.

Para Valadares, é preciso intensificar a produção interna de



Valadares pede ação antes que “dragão comece a andar”

alimentos para que o país não fique na dependência de importar arroz e feijão. Para tanto, ele sugeriu crédito específico e boa taxa de juros aos pequenos agricultores, além de urgência na reforma tributária.

– Os impostos recaem sobre produtos de consumo popular e

obrigatório. É preciso que se desonere a cesta básica e se promova a redução de preços dos produtos de primeira necessidade. É preciso apoio a quem produz – argumentou.

Jefferson Pères

Valadares registrou ainda sua solidariedade à família do senador Jefferson Pères, morto na última sexta-feira.

– Vejo ali sua cadeira vazia e esta Casa sentindo uma falta enorme

da sua experiência, sabedoria, conhecimento e identificação com as causas mais justas do povo brasileiro, como a ética e a aplicação correta dos recursos advindos da sociedade em benefício do povo mais pobre – destacou o parlamentar sergipano.



Senador homenageia iniciativa da Justiça do Amapá voltada para jovens de rua

Papaléo saúda os dez anos do Projeto Pirralho

Os dez anos do Projeto Pirralho foram comemorados pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Criado pelo Tribunal de Justiça do Amapá para apoiar crianças e adolescentes de rua de Macapá, o programa unificou várias iniciativas do Juizado da Infância e da Justiça voltadas à reinserção sócio-familiar com atividades físicas e culturais.

Para o senador, é obrigação do Estado oferecer oportunidades aos jovens e evitar que caiam nas mãos de criminosos.

– A Justiça do Amapá decidiu agir. Eis um exemplo que deve ser seguido por toda a sociedade.

Paim critica uso de dinheiro da Previdência no superávit primário

Paulo Paim (PT-RS) voltou a contestar que a Previdência Social seja deficitária e atribuiu o suposto rombo ao dinheiro desviado para a composição do superávit primário (reserva feita pelo governo para o pagamento de juros). Este também é o destino de parte dos recursos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Confins), da arrecadação com jogos lotéricos e de outras contribuições destinadas à Previdência.

O senador citou matéria do jornal *O Dia* em que, pelos cálculos

da GVS Consultoria, 35 anos de contribuição sobre três salários mínimos resultam em aposentadoria, aos 55 anos, de R\$ 690,41. A mesma quantia, depositada na poupança, renderia um total de R\$ 354 mil e o trabalhador poderia sacar R\$ 1.773,76 ao mês, ou seja, R\$ 1.083,35 a mais, só de juros.

O fim do fator previdenciário e uma política de reajuste das aposentadorias e pensões de pouco mais que um salário mínimo são essenciais. De outra forma, afirmou Paim, o movimento sin-



Paim contesta suposto rombo com dados de aplicação no sistema financeiro

dical deveria defender que todos contribuíssem somente sobre um salário mínimo e aplicassem outra parte no sistema financeiro.

– Se vou ganhar somente um, por que vou pagar sobre dez? – questionou.

Suplicy lê apelo de poetisa pelo trem de Paranapiacaba

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta em que a poetisa Francisca Cavalcanti de Araújo, de 70 anos, pede o restabelecimento da linha de trem que liga a vila de Paranapiacaba a São Paulo. O senador disse que mostrou a carta ao presidente Lula e enviará cópia ao governador de São Paulo, José Serra. Na carta, Francisca Araújo afirma que, sem o trem, a vila (pertencente a Santo André) depende de linhas de ônibus precárias. Paranapiacaba é uma vila ferroviária construída no século 19 pela extinta São Paulo Railway e se tornou ponto de atração turística.



Suplicy reforça pedido para se reativar linha de trem que virou atração turística



Osmar Dias cita presença de vereadores e defende combate ao contrabando

Osmar Dias cobra segurança para sudoeste do Paraná

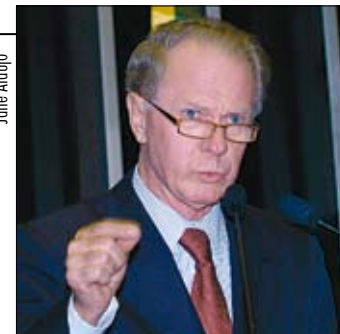
A presença, em Plenário, de 40 vereadores do sudoeste do Paraná foi destacada ontem por Osmar Dias (PDT-PR). Os políticos reivindicam do governo investimentos em segurança e educação. O senador informou que as pequenas propriedades rurais sofrem com a insegurança.

Ele defendeu o combate ao contrabando de armas e drogas, “que é o instrumento mais eficaz para levar a juventude a cometer atos de violência”.

Os vereadores também reivindicam a aprovação, na Câmara, do projeto que estipula o piso salarial nacional para professores.

Camata: emenda agrava pena de motorista bêbado

A emenda aprovada pelo Plenário do Senado, de autoria de Gerson Camata (PMDB-ES), que revogou o inciso V do artigo 302 do Código de Trânsito Brasileiro, permite enquadrar como autor de homicídio doloso o motorista que matar alguém dirigindo sob influência do álcool ou outra substância entorpecente. Nesse caso, a pena é



Matar por estar dirigindo bêbado é homicídio doloso, diz Gerson Camata

de seis a 20 anos de reclusão. A explicação foi dada pelo próprio senador, autor da emenda ao projeto de lei de conversão (PLV 13/08) à Medida Provisória 415

– que proibia a venda de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento situado às margens de rodovias.

O inciso revogado pelo Senado previa o agravamento, de um terço à metade, da pena de homicídio culposo cometido por motorista sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.

A sugestão do senador foi acatada ontem pela Câmara dos Deputados e o projeto, que proíbe a venda de bebidas em estradas rurais, segue agora diretamente à sanção presidencial.